

RESUMO

Este artigo apresenta de forma mais detalhada os diversos tratamentos teóricos que a noção de número gramatical recebeu na Linguística Gerativa, desde o Modelo Padrão de 1965 até as formulações mais atuais do Minimalismo, passando pelas propostas elaboradas no âmbito do Modelo de Princípios e Parâmetros (1981). Discute também os formalismos dedicados à descrição do mecanismo de concordância gramatical de número. O objetivo é mostrar uma visão de conjunto dos vários momentos por que passou o gerativismo, bem como explicitar como os modelos gerativistas evoluíram no tratamento de algumas questões centrais da teoria lingüística.

Palavras-Chave: número gramatical, concordância, gramática gerativa

ABSTRACT

This article presents in more details the different theoretical treatments that the concept of grammatical number received in Generative Linguistics from the Standard Model of 1965 and Principles and Parameters Mode (1981) until the most current formulations of Minimalism. It discusses also the formal descriptions of the mechanism of grammatical number agreement. The aim is to show an overview of the various points that passed the gerativism and explain how the generative models developed for the treatment of some central questions of linguistic theory.

Keywords: grammatical number, agreement. Generative grammar

Introdução

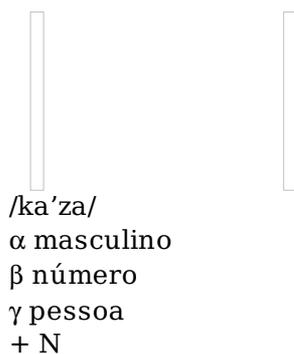
A concepção do número como um traço formal (um traço ϕ , como o de gênero e o de pessoa) tem permanecido de certa forma constante nos diversos desdobramentos da teoria lingüística. Por outro lado, a maneira como os mecanismos de concordância responsáveis pela manifestação morfofonológica deste traço foram concebidos apresentou mudanças acentuadas no curso do desenvolvimento da teoria gerativa. Da concepção proposta pelo modelo padrão (Chomsky, 1965) até as formulações mais recentes constantes no Programa Minimalista (Chomsky, 1995, 1999) podem ser apontadas alterações consideráveis. Isto abrange tanto a concordância manifesta no IP quanto a do DP. O objetivo deste trabalho é traçar um quadro histórico destas modificações, de maneira a permitir uma visão de conjunto do tratamento dado ao número e à concordância pela teoria lingüística. Serão apresentadas e discutidas as diferentes concepções propostas, de maneira a destacar as razões que acarretaram a passagem de um modelo para outro. Com isso, pretende-se determinar que proposta melhor permitiria a formulação de hipóteses sobre o modo como o sistema de número gramatical é processado e adquirido.

1. O Modelo Padrão (Chomsky, 1965)

O Modelo Padrão da teoria gerativa era em essência concebido como um sistema de regras, as quais podiam ser ou sintagmáticas ou transformacionais. O formato dado a estas regras era altamente flexível, possibilitando a formulação de regras capazes de descrever qualquer fenômeno lingüístico observável. As regras eram organizadas em componentes, sendo as regras sintagmáticas responsáveis pela geração da “estrutura profunda” das sentenças, ao passo que as regras transformacionais geravam a “estrutura de superfície, após atuarem sobre a “estrutura profunda”.

Ora, um sistema flexional concebido com base neste modelo não poderia escapar de ser um sistema formado predominantemente por regras, e é isso em verdade o que se dá com o sistema flexional do modelo padrão. Concebido como um conjunto de regras transformacionais que atuavam sobre traços sintáticos (traços de gênero, número e pessoa, os quais mais tarde seriam chamados de traços- ϕ), ao sistema flexional cabia reconhecer os traços sintáticos constantes na matriz de traços relativa aos nomes inseridos nos indicadores sintagmáticos. Postulava-se que estes nomes já eram

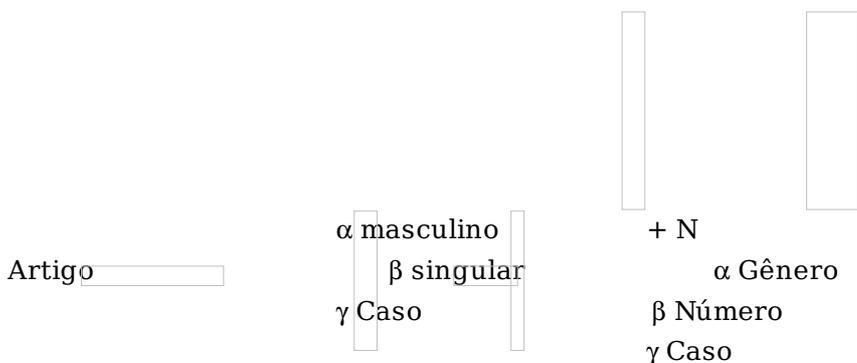
inseridos com esta matriz de traços, através de regras sintagmáticas, devendo uma regra transformacional distribuir estes traços pelos adjetivos e pelos verbos. Uma matriz de traços típica de um item lexical nominal seria:



na qual α , β e γ correspondem aos valores que os traços podem assumir. Chomsky (1965) chama a atenção para o fato de que as especificações dos traços categoriais e dos traços de gênero são inerentes ao nome, fazendo parte de sua entrada lexical, ao passo que as especificações dos traços de número e de caso são introduzidas por regras gramaticais, antecipando assim as noções de traço intrínseco e de traço opcional que seriam abordadas nas versões subseqüentes da teoria.

Após o reconhecimento dos valores desta matriz, regras fonológicas interpretativas operariam sobre ela, produzindo então uma matriz fonética na qual os valores dos traços receberiam uma representação morfofonológica.

No que toca à concordância, o sistema operaria de modo a atribuir aos verbos e aos adjetivos (além de artigos, quantificadores, etc.) os valores dos traços especificados nos nomes inseridos nos indicadores sintagmáticos. Chomsky postulou que a gramática deveria conter regras transformacionais de concordância que atribuiriam aos termos diretamente ligados ao nome todas as especificações de traços por este apresentadas. Uma tal regra poderia ser descrita da seguinte forma:



Esta regra poderia ser interpretada como afirmando que o artigo concorda com o nome em gênero, número e caso, ou, em outros termos, que o nome atribui ao artigo os seus valores dos traços de gênero, número e caso. Após a aplicação desta regra, regras fonológicas traduziriam o valor destes traços em expressões morfofonológicas.

Em resumo, pode-se afirmar que, com base no modelo padrão da teoria gerativa, processos flexionais podem ser entendidos como aplicação de regras transformacionais sobre traços sintáticos de itens lexicais. A concordância é também concebida de modo semelhante, sendo resultado da atribuição dos traços especificados para o nome aos verbos, adjetivos, artigos, etc. Certos traços são inerentes aos itens lexicais, como o de gênero ou o categorial, tendo o seu valor já especificado na entrada lexical; outros, ao contrário, tem o seu valor determinado somente quando inseridos em um indicador sintagmático, como é o caso dos traços de número e de caso.

Para os fins que nos interessam aqui, cumpre dizer que o modelo padrão apresenta em germe tópicos que receberiam tratamento mais aprofundado nas versões seguintes da teoria, no que diz respeito a número gramatical e a processos de concordância. Este aprofundamento assentou-se fundamentalmente sobre conceitos definidos já desde o modelo de 1965. Um exemplo seria o conceito

de número como traço sintático, o qual tem permanecido praticamente intocado em todas as versões da teoria gerativa propostas por Chomsky. Também a natureza opcional deste traço já aparece esboçada no modelo padrão, ainda que sem as denominações intrínseco/opcional, as quais seriam estabelecidas posteriormente. Um ponto interessante é o fato de valores dos traços de número poderem ser determinados nos indicadores sintagmáticos, fato este que abre caminho para a postulação de projeções sintáticas responsáveis pela atribuição do valor do traço de número a um item lexical.

Neste primeiro momento da teoria gerativa, os desenvolvimentos incidiram predominantemente sobre a descrição de estruturas sintáticas, notadamente as construções passivas e relativas. Discussões a respeito da interpretação semântica de seqüências geradas nas estruturas profunda e de superfície também tiveram acentuado destaque ^[1]. Isto acarretou uma certa despreocupação com o desenvolvimento de questões relativas a número e concordância gramaticais, as quais só seriam retomadas anos mais tarde. Na primeira versão da teoria gerativa surgida após o modelo inicial, a grande preocupação era a redução da capacidade descritiva e do poder expressivo do modelo, assim como um aumento de sua capacidade explicativa. Este segundo modelo recebeu o nome de Teoria Padrão Estendida e, segundo a sua concepção, a gramática apresenta componentes distintos e autônomos, cada qual com uma organização particular de regras e princípios. Data deste modelo a descrição da estrutura das sentenças baseada nos princípios da Teoria X-Barra. Contudo, o desenvolvimento de questões concernentes a número e a processos flexionais de concordância só se apresentaria de modo mais robusto e encorpado em um modelo posterior ao Modelo Padrão Estendido, o Modelo de Princípios e Parâmetros (Chomsky, 1981), o qual será apresentado a seguir.

3. O Modelo de Princípios e Parâmetros

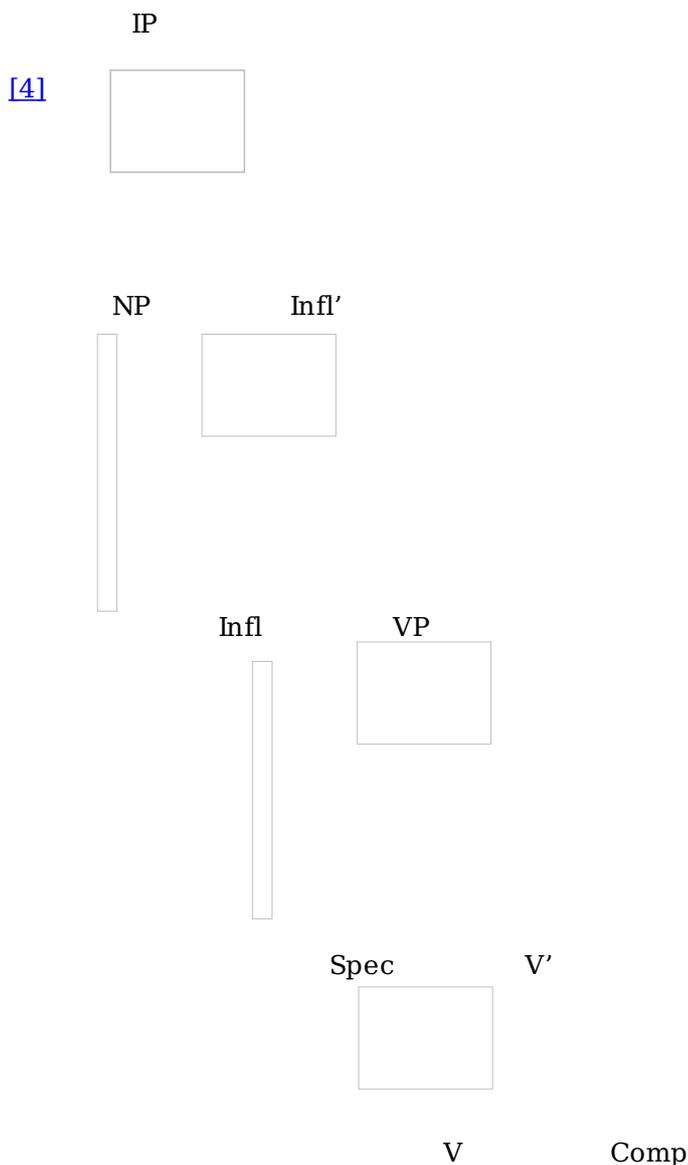
O Modelo de Princípios e Parâmetros foi proposto por Chomsky em 1981. Segundo esta versão, a Faculdade da Linguagem é formada por princípios fixos e rígidos, os quais deverão estar presentes na gramática de todas as línguas; e por uma série de parâmetros, cujo valor definitivo é fixado durante o processo de aquisição da linguagem. Uma língua, segundo este modelo, nada mais é do que um conjunto de parâmetros ativados de uma certa forma, conjunto este regido por um leque de princípios invariáveis.

A novidade trazida pelo modelo de Princípios e Parâmetros (doravante P&P) no que diz respeito à concordância é o estatuto autônomo que é conferido à flexão verbal, por meio da criação da categoria funcional Infl (do inglês *inflection*, flexão) ^[2]. Esta categoria continha as marcas de tempo e de concordância [α T, β Agr] onde T é Tempo e Agr é a indicação de número e pessoa. Infl representa na estrutura da sentença as marcas flexionais de tempo e concordância morfofonologicamente realizadas. Note-se que o número gramatical continua a ser tratado, no modelo P&P, como uma marca (traço) formal, à semelhança dos modelos anteriores, diferindo deles na medida em que agora faz parte da categoria sintática autônoma Infl, constituindo o grupo de traços sintáticos Agr constantes em Infl ^[3].

É de se reparar que o número gramatical e a concordância de número, da maneira como mostrada parcialmente acima, concerne apenas à flexão verbal, deixando-se de lado a concordância entre o nome e seus determinantes. Pode-se afirmar que, para o caso dos nomes, a concepção de número do modelo P&P ainda é a mesma que a sugerida nos modelos iniciais: um traço formal constante da entrada lexical dos nomes. Na realidade, a concordância nominal só mereceria algum destaque a partir das propostas de Abney (1987) sobre a estrutura do DP (*Determiner Phrase*). Estes tratamentos serão discutidos mais adiante.

O Modelo P&P trouxe significativos desenvolvimentos para a Teoria X-Barra. Um destes desenvolvimentos, importante para o estudo aqui em questão, foi a proposta de que a categoria Infl projeta núcleos sintáticos de acordo com os princípios X-Barra. Assim, a primeira projeção de Infl (Infl') abarcaria Infl e o VP da oração, na posição de complemento de Infl, enquanto que a projeção máxima de Infl (Infl'' ou IP) conteria Infl' e o NP sujeito da oração na posição de

especificador de Infl'. O esquema a seguir ilustra a configuração de IP:



Para que a concordância se efetue, é necessário que V seja alçado [5] até Infl, para que receba a flexão correspondente aos traços [α T, β Agr]. Uma operação de movimento seria a responsável por esse alçamento. Estes traços posteriormente seriam lidos na interface como ordem para expressão morfofonológica.

O estatuto de Infl, contendo os elementos T e Agr, recebeu posteriormente críticas por parte de teóricos gerativos. Essas críticas concentravam-se no fato de não se saber claramente quem de fato projetava, se T ou Agr. Comparando-se Infl com outras categorias funcionais, constatava-se que Infl possuía uma certa singularidade, haja vista que todos os níveis funcionais eram homogêneos, isto é, pertenciam a uma classe sintática e semanticamente bem definida. Visando superar esta questão, Pollock (1989), baseado em dados do francês e do inglês, propôs uma “cisão” do IP, proposta que, no correr dos anos, se tornaria assunto de muita discussão entre os gerativistas, transformando-se em um dos textos fundamentais na matéria. Pollock dividiu o IP em dois núcleos autônomos T e Agr, os quais projetariam os níveis TP e AgrP, respectivamente. AgrP seria responsável pela projeção dos traços de número e pessoa, e TP pela projeção dos traços de tempo. A concordância se efetuaria com o movimento do verbo para cada um destes núcleos, sucessivamente, onde receberia a flexão correspondente a estes traços. As evidências empíricas para a sustentação desta proposta Pollock as achou no comportamento de certos verbos temáticos (capazes de atribuir papéis- θ) em inglês face à seus correlatos em francês (os exemplos são citados em Galves, 1994):

- (1) *John likes not Mary
Jean n'aime pas Marie

“O João não gosta da Maria”

- (2) *John kisses often Mary
Jean embrasse souvent Marie

“O João beija muitas vezes a Maria”

- (3) *My friends love all Mary
Mes amis aiment tous Marie

“Meus amigos gostam todos da Maria”

- (4) He hasn't understood
Il n'a pas compris

“Ele não entendeu”

- (5) He is seldom satisfied
Il est rarement satisfait

“Ele raramente está satisfeito”

- (6) They are all satisfied
Ils sont tous satisfaits

“Eles estão todos satisfeitos”

Pollock propôs os conceitos de opacidade e transparência, o primeiro referindo-se a núcleos Agr morfológicamente pobres, como é o caso do inglês, sendo que nesta língua somente verbos auxiliares poderiam ser alçados para esta posição. Já o segundo conceito remete à riqueza morfológica de núcleos Agr como o do francês, e todos os verbos, nesta língua, poderiam ser alçados para esta posição. Isto justificaria a agramaticalidade de sentenças (1)-(3) em inglês e a gramaticalidade de suas correlatas em francês, o mesmo ocorrendo com as sentenças (4)-(6) em ambas as línguas. Pollock explica a diferença na ordem de palavras nas sentenças de ambas as línguas propondo um movimento do verbo para uma posição superior, a qual seria Agr, movimento este que ocorreria em francês, mas não no inglês.

O alçamento do verbo para Agr seria bloqueado em virtude da opacidade deste núcleo em inglês: nesta posição, ele não poderia atribuir seus papéis- θ , violando assim o Critério- θ . Tal não aconteceria com verbos auxiliares, os quais, por não terem papéis- θ a atribuir, poderiam ser alçados para Agr opaco. A situação seria distinta em francês: por possuir um núcleo Agr transparente, não há bloqueio para a atribuição de papéis- θ , e qualquer verbo poderia ser alçado para esta posição. Agr, portanto seria justificado desta forma. No que tange à T, Pollock observou que as mesmas restrições ao movimento do verbo se aplicariam a verbos auxiliares e verbos principais em sentenças infinitivas. Novamente cotejando inglês e francês, Pollock analisou sentenças como as seguintes (mais uma vez os exemplos são citados em Galves, 1994):

- (7) Ne pas avoir de voiture em banlieue rend la vie difficile
NEG “pas” ter carro no subúrbio torna a vida difícil
- (8) N'avoir pas avoir de voiture em banlieue rend la vie difficile
NEG ter “pas” carro no subúrbio torna a vida difícil
- (9) Ne pas posséder de voiture em banlieue rend la vie difficile
NEG “pas” possuir carro no subúrbio torna a vida difícil
- (10)*Ne posséder pas avoir de voiture em banlieue rend la vie difficile
NEG possuir “pas” carro no subúrbio torna a vida difícil
- (11)Souvent paraître triste pendant son voyage de noce, c'est rare.
Muitas vezes parecer triste durante a viagem de núpcias é raro

(12)Paraître souvent triste pendant son voyage de noce, c'est rare.

Parecer muitas vezes triste durante a viagem de núpcias é raro

(13)I believe John to often sound sarcastic

Eu acredito John muitas vezes soar sarcástico

(14)* I believe John to sound often sarcastic

Eu acredito John soar muitas vezes sarcástico

(15)I believe John to often be sound sarcastic

Eu acredito John muitas vezes ser sarcástico

(16)I believe John to be often sound sarcastic

Eu acredito John ser muitas vezes sarcástico

(17)John is believed to frequently have criticized Bill

John é acreditado frequentemente ter criticado Bill

(18)John is believed to have frequently criticized Bill

John é acreditado ter frequentemente criticado Bill

O que os exemplos acima nos mostram é que os verbos auxiliares em francês sofrem movimento por cima de advérbios e por cima da negação (cf. exemplos (7)-(10)), ao passo que os verbos auxiliares em inglês movem-se apenas por sobre os advérbios (cf. exemplos (13)-(18)). Ao primeiro tipo de movimento Pollock chamou "movimento longo", e ao segundo "movimento curto". Os verbos principais em francês, em sentenças infinitivas, continuam a poder se mover para Agr, por cima somente dos advérbios (exemplos (11)-(12)), ao contrário do inglês, onde apenas os auxiliares se movem. O local de pouso do movimento longo seria o núcleo T, mais alto do que Agr na sentença. ^[6]

Pollock estende igualmente as noções de opacidade e transparência para a núcleo T. Para ele, T seria opaco, o que o impediria de atribuir papéis- θ a seus argumentos, e, conseqüentemente, bloquearia o movimento "longo" dos verbos temáticos em orações infinitivas em francês. Se a opacidade de Agr é relacionada com riqueza morfológica, a mesma opacidade de T é motivada pelo traço [+ finito], relacionando-se à riqueza interpretativa.

O trabalho de Pollock possibilitou a formulação de hipóteses bastante interessantes, como, por exemplo, a da existência de duas posições potenciais para o sujeito (especificador de AGR e especificador de T), e não somente uma, como nas formulações iniciais do Modelo Princípios e Parâmetros. Além disso, forneceu novos subsídios teóricos para a discussão sobre o movimento de núcleos (como é o caso, largamente discutido em seu artigo, do movimento do verbo para INFL). Seu modo de formulação da estrutura do IP, bem como dos movimentos que ocorreriam no âmbito do IP, motivaram análises semelhantes, desta vez aplicadas no âmbito do DP. É assim que, mais tarde, alguns teóricos vão propor a existência de núcleos funcionais internos ao DP (Berstein 1991, Picallo 1991, Ritter 1993).

Ainda a respeito de Pollock (1989), pode-se citar igualmente várias críticas que a ele foram feitas. Iatridou (1990) questiona a análise de Pollock, mostrando que não há evidências empíricas convincentes para postular a cisão do IP em AGR e T. Mesmo em relação ao movimento dos verbos auxiliares para AGR descrito por Pollock com base em sentenças infinitivas do inglês e do francês é possível, conceber uma outra estrutura. Segundo Iatridou, há duas ou mais posições disponíveis para os advérbios, sendo que eles podem se adjungir ao VP auxiliar e ao VP temático, o que não exigiria a presença dos núcleos sintáticos propostos por Pollock. Iatridou acaba por concluir que AGR não é uma posição estrutural, mas uma relação Spec/núcleo, idéia que seria mais tarde retomada por Chomsky (1995) em sua formulação minimalista para a questão da concordância. Outras críticas também relevantes foram a de Roberts (1993), baseado em dados diacrônicos do inglês. Segundo Roberts, AGR e Tempo se tornaram mais fracos com a perda da morfologia. Os núcleos funcionais, em sua proposta, difeririam quanto ao fato de projetarem ou não um nóculo X^{-1} , "um nóculo afixal que obrigatoriamente seleciona alguma outra categoria sob X^0 " Se esse nóculo está presente, o fato é

visível morfologicamente. O inglês, portanto, não teria X^{-1} nem para AGR nem para Tempo.

A fim de dar conta do fato de que algumas línguas apresentam concordância não apenas entre sujeito e verbo, mas também entre verbo e objeto, Chomsky (1995) propôs uma distinção entre AgrS, responsável pela concordância entre sujeito e verbo, e AgrO, responsável pela concordância entre verbo e objeto.

A despeito das várias propostas de formalização acima apresentadas, pode-se dizer que o mecanismo da concordância se manteve estável durante os desenvolvimentos do modelo P&P, assim como também o foi a natureza do número gramatical. No que tange à concordância, é lícito afirmar que ela é o resultado da aplicação de operações de movimento de núcleos lexicais (neste caso o V) através de núcleos funcionais distintos. Já no que concerne ao número, este permaneceu como um traço formal presente na entrada lexical dos itens lexicais, tendo o seu valor atribuído por núcleos funcionais diferentes (Infl ou Agr) no curso da derivação. Posteriormente, essa visão da concordância como movimento de núcleos lexicais, inicialmente estudada no âmbito da flexão verbal, foi aplicada à descrição da flexão nominal, a partir dos trabalhos de Abney (1987), sobre a estrutura do DP^[7]. O passo seguinte deste trabalho é, portanto, estudar a concordância no DP.

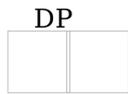
3. A Concordância no DP

Os primeiros trabalhos a estudarem a concordância nominal (aquela que se manifesta entre os elementos que formam o DP) concentraram-se na busca de uma explicação da manifestação de gênero e número no nome, e não exatamente em descrever a concordância entre nome e determinante (Name, 2002). De um modo geral, pode-se dizer que a descrição do mecanismo de concordância nominal feita nos primeiros momentos obedeceu aos mesmos princípios que nortearam a descrição da concordância verbal. Sendo assim, passou-se a buscar compatibilidades e semelhanças entre o domínio verbal IP e o domínio nominal DP (cf. Bernstein, 1991). O foco desta argumentação reside no fato de que, se as flexões relativas ao núcleo verbal se projetam na sintaxe, por não o fariam as flexões concernentes ao núcleo nominal? E, da mesma forma que os verbos recebem suas flexões por intermédio de operações de movimento, também o nome assim as recebe. Logo, para que haja a marcação de número no nome, é necessário postular a existência de uma operação de movimento de um núcleo lexical nominal para esta posição na qual ele receberia a flexão correspondente. Desta forma, também a concordância nominal passou a ser entendida como o resultado de operações de movimento de núcleos lexicais para núcleos funcionais, onde receberiam a flexão correspondente aos traços de gênero e número. A estrutura do DP assumida por estes trabalhos pressupunha a existência de núcleos sintáticos responsáveis pela atribuição de valores de traços de gênero e número dentro do DP. Estes núcleos seriam projeções dos traços de gênero e número, constituindo assim as categorias funcionais GenP e NumP.

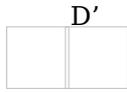
Aqui se marca um momento de diferenciação entre os desenvolvimentos anteriores da teoria gerativa e os que seriam propostos a partir de então, no que diz respeito à caracterização do número gramatical. O número passa a ser visto não só como um traço formal mas também como uma categoria funcional produto de projeção sintática. Note-se, entretanto, que este desenvolvimento deveu-se menos a Chomsky (que continuou a conceber o número apenas como traço que não se projeta na sintaxe) e mais a outros desenvolvedores do modelo gerativo, os quais expandiram os mecanismos de concordância.

Um dos primeiros trabalhos a seguir esta tendência foi o de Bernstein (1991), baseado em dados do francês e do valão (língua típica da Bélgica, ao lado do flamenco e do próprio francês). Estudando basicamente a manifestação da concordância entre adjetivo e nome nestas duas línguas, Bernstein propõe um movimento do NP para núcleos funcionais presentes dentro do DP, no intuito de dar conta da marcação de número. A estrutura do DP proposta por Bernstein é ilustrada abaixo:

Inicialmente, ela propõe a seguinte estrutura para o DP:



SpecDP



D

?P

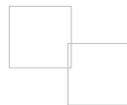


?



NP

AP NP



N'

N XP

Bernstein assume que a ordem básica dos constituintes em línguas românicas é determinante+adjetivo+nome; assume também que a ordem visível determinante + nome + adjetivo é derivada por intermédio de uma operação de movimento. Assim, tem-se os exemplos:

(5) un livre rouge

(francês)

um livro vermelho

(português)

Ela chama atenção para o fato de que, em línguas românicas, existem adjetivos que podem aparecer em posição pré-nominal ou pós-nominal, podendo haver uma diferença de sentido entre

ambas as construções:

(6) a - une large vallé (francês)

um grande vale (português)

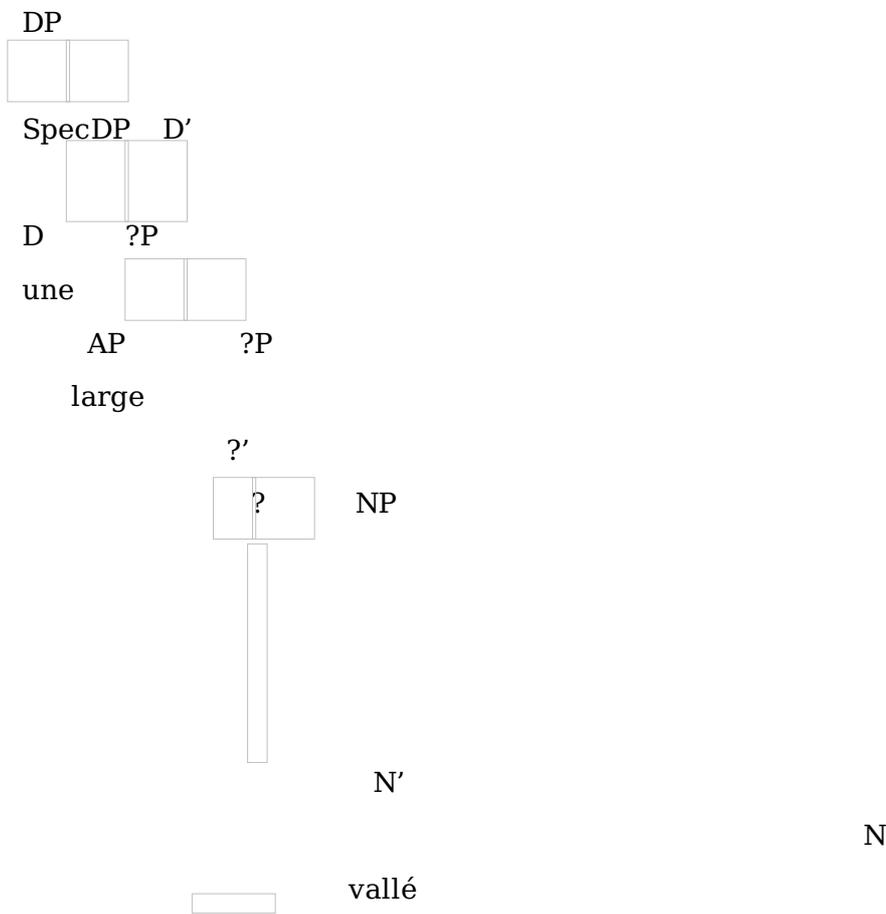
(um vale que é membro de uma classe de vales grandes)

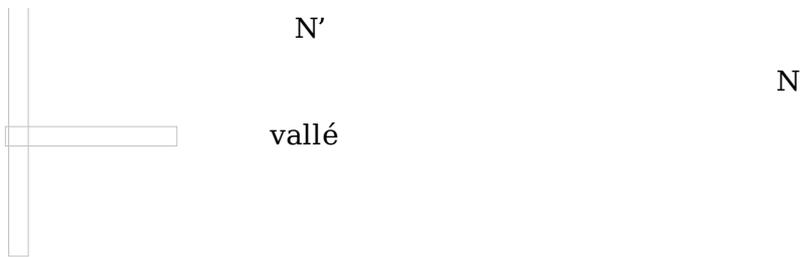
b - une vallé grande (francês)

um vale grande (português)

(membro de uma classe de vales que parece ser grande)

Para explicar esta ordem aparente, Bernstein propõe um alçamento do nome para uma posição à esquerda do adjetivo, para a posição representada por ? nos esquemas abaixo:





O movimento acima descrito constitui-se em um típico caso de movimento de núcleo, já amplamente discutido na literatura, o head-to-head movement, obedecendo, portanto, à Restrição de Movimento de Núcleos (Head Movement Constraint). A diferença observada quanto ao local da adjunção do adjetivo reproduz a diferença significativa entre as sentenças (6 a) e (6 b), respectivamente.

Em valão, as coisas já não seriam bem assim. Para começar, todos os adjetivos devem preceder o nome, diferentemente do francês. É o que ilustra as frases a seguir:

(7) a - one bèle bleûve cote (valão)

une belle robe bleue (francês)

“uma bela roupa azul”

b - dès malâtê[s] bièsses (valão)

des bêtes malades (francês)

“alguns animais doentes”

Bernstein chama a atenção para um traço peculiar da morfo-fonologia do valão: o morfema de plural dos nomes nunca é pronunciado, embora seja o mesmo morfema pronunciado nos determinantes. Em verdade, ele aparece apenas na língua escrita de alguns dialetos do valão. O francês compartilha igualmente desta característica o segmento entre colchetes não é pronunciado):

(8) a - dès r'tchâfés cromptîre[s] (valão)

“algumas batatas requentadas”

b - des petites fille[s] (francês)

“algumas garotas pequenas”

Quando ao nome se segue uma palavra iniciada por vogal, o sufixo de plural não é pronunciado nem em francês nem em valão (a não ser em algumas expressões cristalizadas da língua coloquial). Nomes plurais em valão parecem nunca sofrer ligação (*liason*) com a palavra que os segue, semelhantemente ao padrão observado no francês coloquial. Uma outra peculiaridade morfo-fonológica do valão, em face ao francês, pode ser vista a partir da análise dos exemplos em (9)-(11)

abaixo, relativos ao francês, e (12)-(14) relativo ao valão:

(9) a- un mal

“um demônio”

b - des maux

“demônios”

(10) a- un oeil rouge

“um olho vermelho”

b - des yeux rouges

“olhos vermelhos”

(11) a- quel cheval ?

“qual cavalo ?”

b - quels chevaux

“quais cavalos ?”

(12) a -on mâ

“um demônio”

b - dès mâ[s]

“demônio”

(13) a - on rotche oûy

“um olho vermelho”

b - on rodje -z oûy

“olhos vermelhos”

(14) a - [ke: dzva]

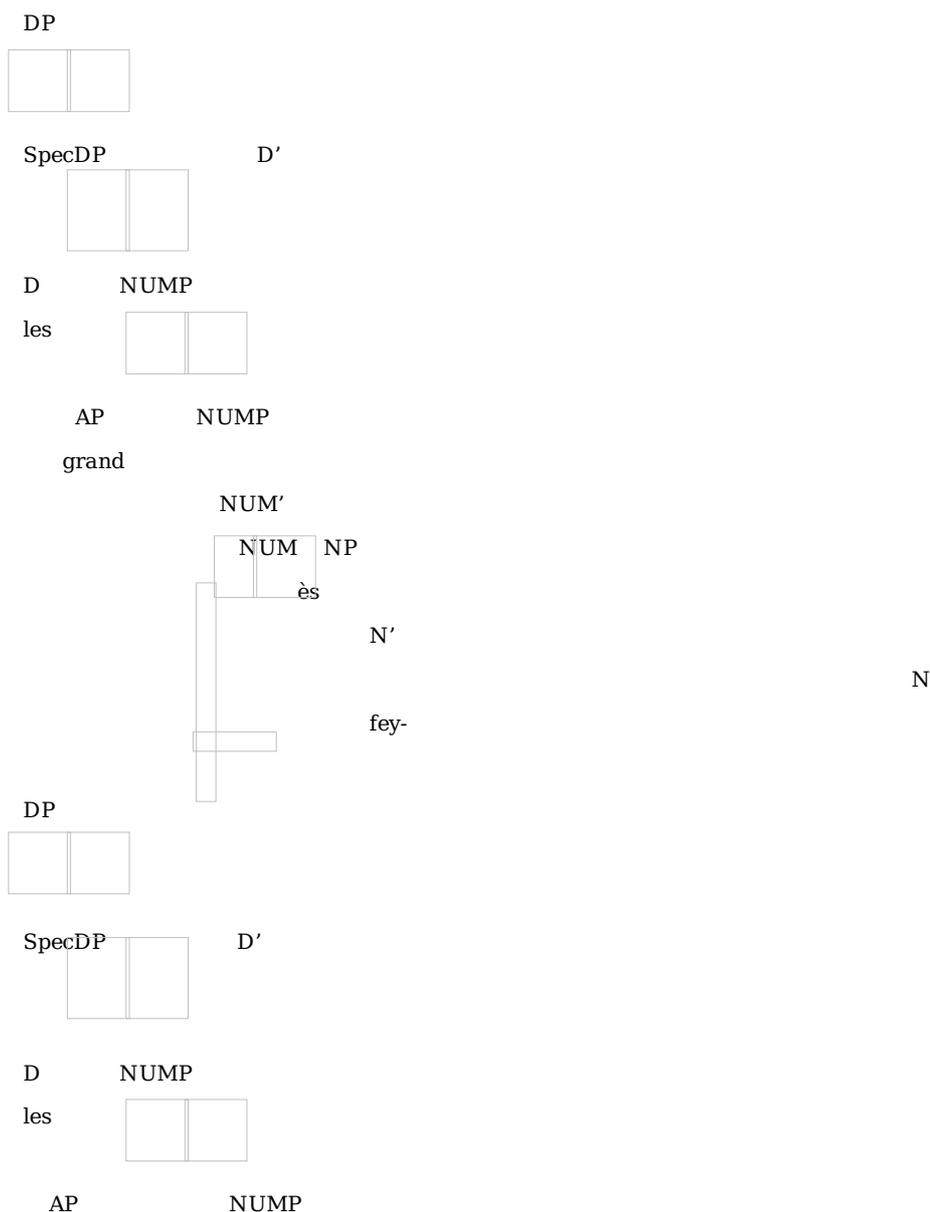
“qual cavalo ?”

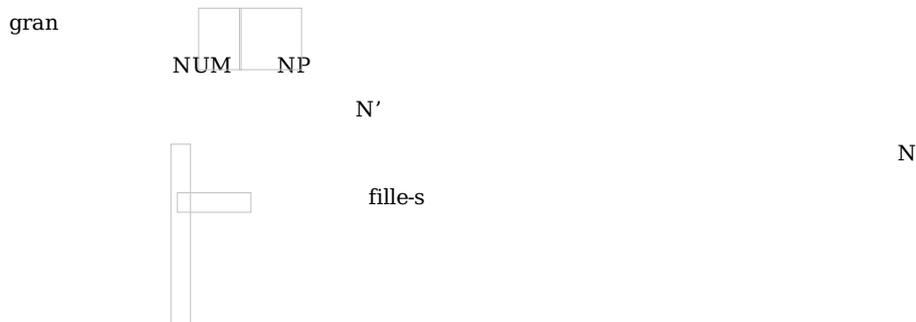
b - [ke: dzva]

“quais cavalos ?”

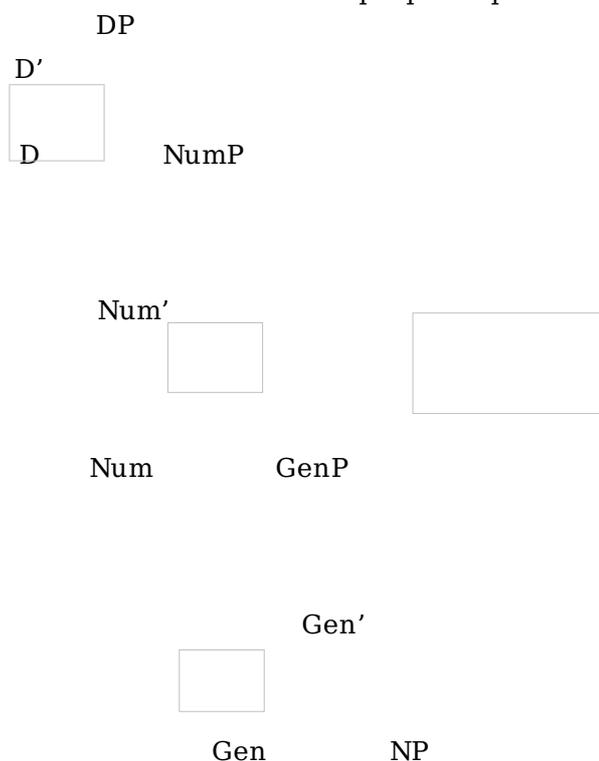
Estes exemplos permitem concluir, segundo Bernstein, é que em francês os nomes podem ser marcados para o plural, como provam a ocorrência de *liason* em francês coloquial e a existência de alomorfas concernentes a número. Já em valão os nomes nunca podem receber marcação de número, como provam a não-ocorrência de *liason* e a inexistência de alomorfes de plural. Em francês, os nomes seriam portanto sintaticamente marcados para número, mesmo quando a realização fonética é escassa, restringindo-se às formas irregulares, como as acima. O fenômeno da *liason* refletiria a presença desta marcação sintática. Ao contrário, em valão, os nomes nunca seriam marcados para número, nem apresentariam formas irregulares de plural, nem *liason*.

Somente por pura convenção ortográfica é que os nomes apareceriam grafados com plural, em língua escrita. Partindo destes padrões morfo-fonológicos característicos do valão, Bernstein propõe um núcleo funcional Num que projetaria uma categoria funcional máxima NumP, a qual substituiria o (?) do esquema ilustrado acima. Esta posição sintática seria ocupada pelo morfema de plural *ès* em valão, o qual, segundo Bernstein, possui características que o assemelham a um clítico, sendo assim um morfema preso ao adjetivo que o precede por razões meramente ortográficas. Em valão, o nome nunca incorporaria o morfema de número em Num, pois há uma ausência de movimento do nome até Num, o que explica igualmente o fato de os adjetivos em valão aparecerem sempre em posição pré-nominal, uma vez que o morfema de número em Num bloqueia o alçamento do nome. Já em francês, há o movimento do nome até Num, o que provoca uma junção entre o nome e o morfema de plural *-s*. Como em valão o movimento do nome não ocorre, o morfema de plural ficaria livre (*unbound*), não formando assim uma palavra fonológica com o adjetivo. O argumento central de Bernstein para sustentar que o afixo de plural em valão é um enclítico e não o toma de Morin (1986), o qual afirma que as palavras em valão se caracterizam por sua terminação tônica. Como o afixo de plural é átono, isso justificaria sua posição como enclítico ao adjetivo, e por conseguinte proclítico ao nome que o sucede. De qualquer forma, as marcas de plural para Bernstein são sempre clíticos, e o fato de haver línguas nas quais a expressão de número gramatical se faz por intermédio de uma forma dependente se afigura como um argumento em favor desta idéia. Corbett (2000) nos dá um exemplo como o Dogon (língua falada no Níger, norte da África). Os esquemas logo a seguir ilustram a concepção final do DP para Bernstein:





Uma proposta muito semelhante a de Bernstein é a de Picallo (19..), a qual igualmente postula um núcleo funcional NUM com base em dados do catalão (língua românica falada em certa região da Espanha). Em sua proposta ela assume, inicialmente, a “functional XP hypothesis” que defende que elementos flexionais projetam seus próprios núcleos, à semelhança dos elementos lexicais (cf. Pollock, 1989). O esquema abaixo mostra a sua proposta para a arquitetura do DP:



Salta à vista a semelhança entre as propostas de Bernstein e Picallo, as quais diferem somente pelo fato de Picallo considerar que também o traço de gênero projetaria um núcleo funcional no DP. Em princípio, tal idéia não parece totalmente desprovida de fundamento, uma vez que, se a “functional XP hypothesis” estiver correta, não haveria impedimento algum em afirmar que o traço de gênero pode projetar núcleos funcionais, como o traço de número. Além disso, se se sustentar que DP e IP compartilham propriedades semelhantes, é lícito assumir que DP possua mais de uma categoria funcional (NUM e GEN), à semelhança de IP, que possui T e AGR.

Para Picallo (que não discute questões relacionadas à concordância entre Determinante e Nome, como muito bem apontou Name (2002), o mesmo acontecendo com Bernstein), o mecanismo de atribuição dos traços de gênero e de número se processaria por meio de uma série de operações de movimento, com o nome sendo inicialmente inserido em Estrutura-D sem marcas de flexão, sendo em seguida alçado até GEN, onde teria o valor de seu traço de gênero especificado, e logo após se moveria para NUM, para fazer o mesmo em relação ao seu traço de número. Como Picallo adota o chamado “Princípio do Espelho” (Baker, 19..) o fato de a projeção de número ser mais alta na árvore do que a de gênero seria reflexo da ordem em que os afixos correspondentes a tais projeções aparecem no nome.

A crítica que pode ser feita à proposta de Picallo, e que talvez possa ser estendida também a de

Bernstein, é que ambas tratam o comportamento sintático dos nomes de modo um tanto uniformizado. É preciso lembrar sempre que a flexão de gênero ocorre em uma parcela ínfima do total de nomes que fazem parte do léxico do PB; e que, embora o contrário se observe no tocante a número, que se manifesta na maior parte dos nomes em PB, existem nomes que já vêm do léxico especificados para número (como *as bodas* ou *os funerais*). Sob uma perspectiva, trata-se de manter a distinção entre traços intrínsecos e traços opcionais, os primeiros sendo aplicados a gênero e os segundos a número, em PB. O problema é dar conta da marcação de gênero em palavras como *bola*, que possui traço de gênero intrínseco, ou *férias*, que possui traço de número igualmente intrínseco. Ainda que fosse possível considerar a existência de palavras com traço de número intrínseco em PB como uma idiosincrasia, dado o caráter excepcional desta manifestação, o mesmo não seria viável em se tratando de gênero, cujo traço intrínseco é predominante em PB.

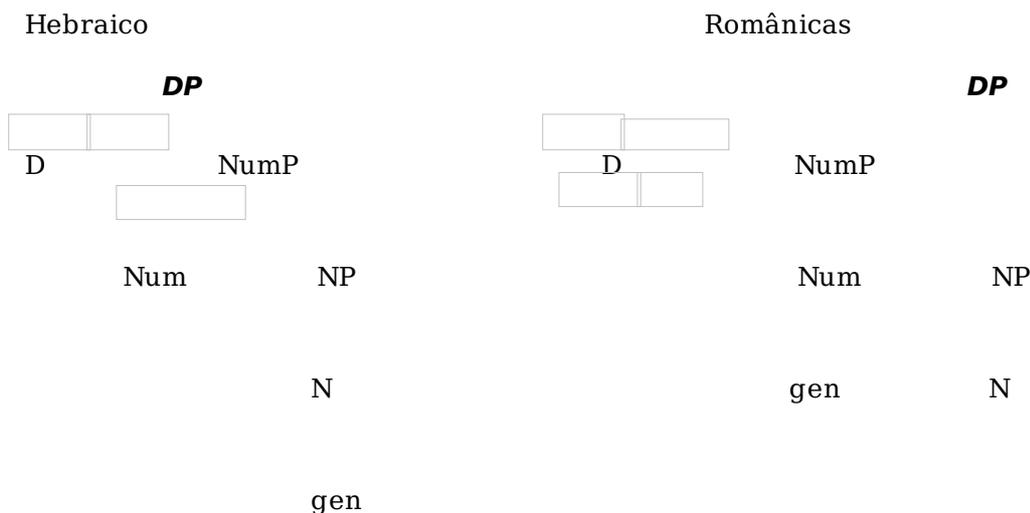
Visando superar esta questão, Picallo sugere que o gênero seja tratado como “selecionador de categoria”, classificando os nomes em duas sub-categorias: [+ fem] ou [- fem]. Ela propõe que a marca de gênero, que ela chama de *elemento funcional*, seja uma espécie de “marcador de palavra”, desta forma, a elevação do nome até GEN se justificaria, mesmo para os nomes de traço intrínseco, em virtude da obrigatoriedade desta marcação. Não obstante, se for possível correlacionar a marcação de gênero e número no DP com propriedades semânticas, a saber, a distinção animado/inanimado, para gênero; e contável/não-contável, para número (cf. Vangsnes, 2001) talvez a proposta de Picallo seja uma alternativa muito propícia para a descrição da estrutura do DP e de mecanismo de concordância em PB.

O grande traço diferenciador da proposta de Ritter (1993) em relação às propostas de Bernstein e de Picallo, é o tratamento diferenciado que ela dá aos traços de gênero e de número. Para Ritter, o traço de número projetaria um núcleo funcional, uma vez que o seu valor seria atribuído ao nome no curso da derivação, com seu alçamento para essa projeção, contudo, o mesmo não ocorreria com o traço de gênero, o qual continuaria a ser concebido como um traço lexical de concordância. O estudo de Ritter se baseia na manifestação de gênero e de número no hebraico, comparando-o com as demais línguas românicas. O ponto central da proposta de Ritter é o de que número seria realizado como um núcleo de uma categoria funcional NUMP, mas o gênero seria um traço realizado em um dos núcleos sintáticos (funcionais ou lexicais) que compõem o NP, sendo que a escolha de qual núcleo suportaria a especificação de gênero estaria sujeita à variação de língua para língua. Ritter postula que o gênero é um traço presente em NUM nas línguas românicas e presente em N em hebraico, ao passo que o número é um núcleo funcional em ambas as línguas.

Ritter busca evidenciar sua proposta com base em três diferenças entre as línguas românicas e o hebraico. Nesta língua, a mudança de gênero é uma estratégia produtiva de derivação lexical, sem que haja algum conteúdo semântico inerente ao gênero. Em hebraico, *amud* (m.) significa *página*; mas adicionando-se o morfema de feminino (*amud-a*), passa a indicar *coluna*. Nas línguas românicas, tal não ocorre, pois ao se acrescentar um morfema de feminino a um radical, a significação básica deste se mantém, e lhe é adicionado, na verdade, uma significação complementar relativa a uma distinção de sexo (o gênero possui, pois, um conteúdo semântico inerente). Ritter interpreta este fenômeno como indício de que o gênero faria parte da entrada lexical em hebraico. Mas, nas línguas românicas, o nome não seria especificado para gênero até que o morfema fosse inserido na derivação. A flexão de gênero aqui seria produto de um alçamento do nome até NUMP.

Ritter usa ainda um outro argumento para reforçar suas posições. Para ela, o morfema de plural, em hebraico, conteria informação relativa exclusivamente a número, o que não ocorreria nas línguas românicas. Isto porque, em hebraico, o gênero do radical não é alterado pelo acréscimo do sufixo de plural. *Sana* (olho) é feminino; no plural, lhe é acrescentado um morfema de masculino (*san-im*), mas o gênero permanece feminino, como o prova a concordância com adjetivos, sempre no feminino. Já nas línguas românicas, alguns nomes mudam de gênero quando passam para o plural. *Amour* (amor), em francês, é masculino no singular - *l'amour enfantin* (“amor infantil”), mas feminino no plural - *les amours enfantines* (“amores infantis” (f.)). Isso evidenciaria, segundo Ritter, que o gênero seria atribuído na derivação, em virtude de um movimento até NUM, nas línguas românicas. Essa diferença do gênero no plural, em hebraico e nas línguas românicas mostraria que o traço de gênero estaria situado em N em hebraico, e em NUMP nas línguas românicas. A arquitetura do DP seria semelhante

em ambas as línguas, diferindo apenas na localização do traço de gênero (os esquemas foram extraídos de Name, 2002):



Name (2002) aponta vários problemas na proposta de Ritter. O principal talvez seja a insistência com que Ritter trata as línguas românicas, sempre de modo muito homogêneo, como se as diferenças no que tange à gênero e número fossem nulas. Como bem aponta Name, a mudança de gênero em alguns nomes quando flexionados em plural parece acontecer somente em romeno e francês e, ainda assim, em poucos casos (não há indícios que tal fenômeno ocorra em português, ao menos não o há em PB. Já o uso da flexão de gênero do nome para derivar uma nova palavra acontece com relativa frequência em PB (Name aponta os casos de *manto/manta*, *poço/poça*, *saco/saca*, *barca/barco*, *jarra/jarro*, *bolsa/bolso* etc., embora, neste casos, talvez fosse mais indicado falar em subespecificação de classe por meio da marcação de gênero (cf. Bechara, 1999). Assim, a aplicação desta proposta para a elucidação de aspectos flexionais e de concordância em PB se tornam um tanto problemática.

5. Minimalismo

O Programa Minimalista (1995) é uma das mais recentes versões da Teoria Lingüística de base gerativa chomskyana. Nele, novamente encontramos inovações no que diz respeito ao mecanismo de concordância, ainda que a concepção de número fique relativamente inalterada. Uma característica mais geral do Minimalismo é que ele não se constitui como um novo modelo teórico da gramática gerativa, mas se assenta fundamentalmente no modelo P&P, propondo uma série de orientações teóricas que visam especificar as condições que a faculdade da linguagem humana deve satisfazer para se desenvolver, bem como determinar as propriedades que esta faculdade deve possuir. A motivação básica do Programa Minimalista é a idéia de que devem ser evitados postulados teóricos não estritamente necessários à teoria, daí o adjetivo “minimalista”.

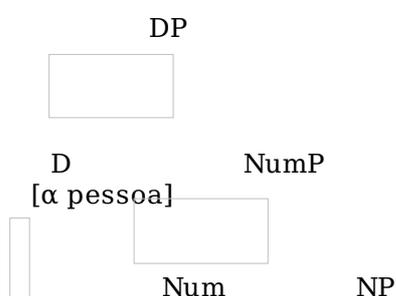
Dentro do modelo minimalista, as línguas humanas seriam formadas por um sistema computacional e por um léxico. O léxico especifica os elementos que o sistema computacional seleciona e integra para gerar expressões da língua. Pode-se conceber o léxico como o lugar onde estão representadas as propriedades idiossincráticas dos itens lexicais. Um item lexical armazenado no léxico é composto por traços, como por exemplo o traço categorial, que indica a que categoria o item em questão pertence (N, A, V, etc.) e os traços de concordância (pessoa, número, gênero) chamados de traços ϕ .

Os traços opcionais de uma ocorrência particular de um dado item lexical, como, por exemplo, um traço de caso acusativo ou número plural, podem ser acrescentados ou no momento em que o item é selecionado para a numeração ou no momento em que é introduzido na derivação. A especificação de caso e de traços ϕ é em princípio acrescentada a um item lexical (como um nome) provavelmente no momento em que é selecionado para a numeração. Desta forma, na numeração, o caso e os traços ϕ são especificados alguns pela entrada lexical (os chamados traços intrínsecos, como o traço de gênero e o traço categorial) outros pela operação que forma a numeração (os chamados traços opcionais, como o traço acusativo ou de plural).

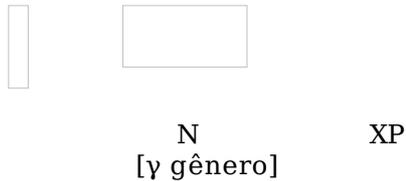
Traços podem ser interpretáveis ou não-interpretáveis, intrínsecos ou opcionais. Um traço é interpretável quando pode ser lido nos níveis de interface. É intrínseco quando o seu valor já está especificado na entrada lexical e é opcional quando o seu valor varia, sendo especificado quando selecionado para a numeração. A manifestação desta opcionalidade é morfológica tanto nos nomes quanto nos determinantes (presença ou não do morfema de número). No que toca à interpretabilidade, há uma grande discussão a respeito de onde o traço de número deve ser interpretável, ou nos nomes ou em outros itens. Chomsky postula que o traço de número é interpretável somente no nome e não-interpretável nos determinantes (de modo geral, segundo postula o Programa Minimalista, categorias lexicais possuem traços [+ interpretável], ao passo que categorias funcionais possuem traços [- interpretável]), mas existem uma série de evidências empíricas contra esta posição (cf. Magalhães, 2002).

Mesmo sendo em grande parte uma extensão do modelo P&P, o Minimalismo não pode deixar de repensar alguns dos postulados presentes naquele modelo. Isto é basicamente verdadeiro no caso da concordância, a qual deixou de ser vista como atribuição de traços por categorias funcionais Agr a núcleos lexicais para para ela se moviam. Várias foram as razões para se abandonar tal proposta, a mais importante delas o fato de que a postulação de categorias funcionais precisa ser justificada por condições de saída (interpretação fonética ou semântica), e Agr não apresentava propriedades semânticas (cf. Chomsky, 1995). No Programa Minimalista, a concordância passou a ser concebida como uma operação de checagem de traços. Nesta concepção, a checagem se dá entre núcleos e seus especificadores. Para checar um traço [- interpretável] seu, um elemento de categoria funcional atrai o núcleo de uma categoria lexical no seu domínio. O núcleo se move para a posição Spec (*Specifier*, especificador) da categoria funcional, checando seu(s) traço(s) [+ interpr] com o(s) traço(s) daquela categoria, que será(ão) apagado(s). Esse apagamento seria motivado, de acordo com o Programa Minimalista, pelo Princípio da Interpretação Plena, o qual exigiria a eliminação de traços não-interpretáveis nos níveis de interface da língua. Desta maneira, traços [- interpretável] de categorias funcionais seriam pareados com os traços [+ interpretável] de categorias lexicais e atraídos, provocando um movimento sintático. Após este processo de concordância haveria a eliminação de traços [-interpretável]. Vê-se, portanto, que traços [-interpretável] precisam ser checados e eliminados, no curso da derivação. Contudo, haveria uma outra possibilidade de checagem, além da descrita acima. É o caso da checagem entre núcleo e complemento, como é o caso da relação entre Determinante e Nome, a qual ocorreria sem a necessidade de alçamento do nome para a posição de especificador. Chomsky (1999) denomina esta operação de checagem *Concord*, diferenciando-a da concordância com movimento, chamada de *Agreement*.

No tocante a número e à concordância, o Programa Minimalista segue a tradição geral do pensamento de Chomsky, que é a de conceber o número gramatical como um traço formal e a concordância como uma operação sobre estes traços. No entanto, mesmo trabalhos surgidos na esteira do minimalismo tornaram a conceber o número como uma categoria funcional, e a concordância como uma operação de atribuição de traços por esta categoria. Neste linha de pensamento é que se situa o trabalho de Carstens (2000) sobre a concordância no DP. Nele, Carstens postula a existência de uma categoria funcional NumP e uma projeção intermediária Num, situadas entre NP e DP. D possuiria traços de pessoa [+interpretável] e traços de número e de gênero [-interpretável]. Num apresentaria traço de número [+interpretável] e traço de gênero [+interpretável]. É justamente a diferença no valor do traço de gênero de D que provocaria a elevação de N, primeiro para Num, onde teria seus traços checados, e depois para D. O esquema abaixo representa a concepção de Carstens:



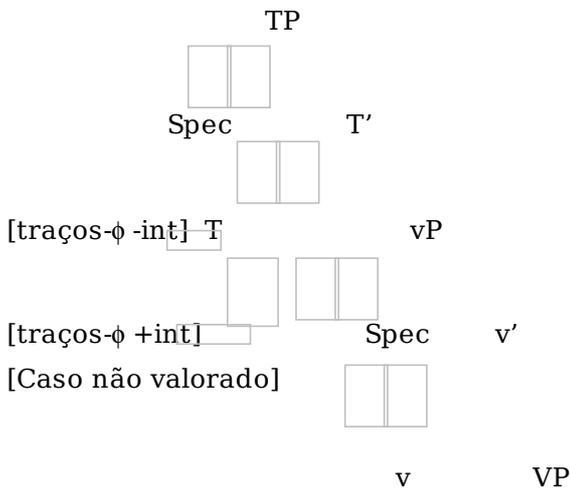
[β número]



Em versões mais recentes do Minimalismo, a concordância é concebida como uma operação de valoração de traços (operação *Agree*). Tal concepção foi apresentada pela primeira vez por Chomsky (1999), e a motivação para sua elaboração pode ser anotada em uma série de imperfeições apontadas no modelo de checagem de traços, tais como a diferença entre movimentos de traços antes e depois de *Spell-Out* e aciclicidade de movimento (cf. Zocca, 2003).

Nesta versão do Programa Minimalista, existem traços com valor e traços sem valor. Um elemento com traços [- interpretável], é denominado sonda (*probe*). Traços [- interpretável] entram na derivação sem valor; por isso, a sonda busca, no seu domínio, um elemento com traço de dimensão idêntica - esse elemento é chamado de alvo (*goal*). Se o traço do alvo tiver valor, o traço da sonda recebe esse mesmo valor, sendo então eliminado na sintaxe aberta, e enviado, já valorado, para a Forma Fonológica (PF). [8]

Zocca (2003) exemplifica como funcionaria este novo modelo, considerando a aplicação de *Agree* à checagem do traço de Caso nominativo de um sujeito. O DP em Spec vP possui traço de Caso não valorado e traços- ϕ interpretáveis, ao mesmo tempo e m que T tem traços- ϕ não-interpretáveis, conforme o esquema ilustrado abaixo:



Com a aplicação de *Agree*, a sonda T concorda com o alvo, ou seja, o elemento em Spec vP, processo que elimina os traços- ϕ não-interpretáveis da sonda e valora o traço de Caso do alvo como nominativo. A proposta de concordância como operação de valoração de traços mediante aplicação de *Agree* já vem recebendo novos desdobramentos, os quais visam a uma melhor adequação aos dados empíricos. Um destes desenvolvimentos é o de Frampton & Guttman (2000), que concebe a concordância como um compartilhamento de traços. Contudo, no que toca especificamente ao número gramatical, e à concordância de número, tais propostas necessitam ainda de serem aplicadas, com vistas a formalizar o processo de concordância no âmbito do DP.

Conclusão:

Neste breve apanhado da história do tratamento lingüístico do número gramatical, vimos que as concepções vêm variando significativamente entre dois eixos principais: a idéia de número ou como traço formal ou como categoria funcional. No que toca à concordância, as propostas têm oscilado em torno ou de operações de atribuição de valores de traços por categorias funcionais ou mecanismos de checagem de traços. É possível estabelecer uma relação entre número e concordância, no sentido de que propostas que concebem o número como um traço formal tendem a considerar a concordância produto de operações de checagem ou valoração (com movimento de núcleos ou traços), ao passo que modelos que assumem o número como categoria funcional são mais propensos a formalizar a concordância como atribuição de traços. A verdade é que, se se deseja preferir apenas uma das concepções, em detrimento da outra, mais dados precisam ser analisados, considerando-se uma gama maior de línguas. Acreditamos que só assim poder-se-a chegar a uma concepção unificada da natureza do número gramatical e da concordância.

Referências

- ABNEY, S.P. *The English noun phrase in its sentencial aspect*. Tese de doutorado. MIT, 1987.
- BERNSTEIN, J. **DP's in french and waloon: evidence for parametric variation in nominal head movement**. *Probus*, 3.2: 101-126 1991
- CARSTENS, V. **Remarks and Replies. Concord in Minimalist Theory**. *Linguistic Inquiry*, 31 (2), 319-355, 2000.
- CHOMSKY, N. **Lectures on Government and Binding**. Dordrecht: Foris, 1981.
- CHOMSKY, Noam **Aspectos da Teoria da Sintaxe**. Armênio Amado Editor, 1978.
- CHOMSKY, N. **Lectures on Government and Binding**. Dordrecht: Foris, 1981.
- _____. **Knowledge of language**. Nova York: Praeger, 1986.
- _____. **The Minimalist Program**. Mass.: The MIT Press., 1995.
- _____. **Minimalist Inquiries: the framework**. MIT Occasional Papers in Linguistics, Number 15. MIT, 1998.
- _____. **Derivation by Phase**. Working Paper, MIT., 1999.
- CHOMSKY, Noam **O Programa Minimalista**. Editorial Caminho, 1999
- FRAMPTON, J. & GUTTMANN, S. **Agreement is Feature Sharing**. WorkingPaper, <http://www.math.neu.edu/~frampton/mathindex.html>, 2000.
- IATRIDOU, Sabine. **About Agr(P)**. *Linguistics Inquiry*, 1990, 551-577, vol. 21.
- NAME, Maria Cristina Lobo **Habilidade Perceptuais e Lingüísticas na Aquisição e Processamento da Concordância de Gênero**. Tese de Doutorado. PUC/RJ: Departamento de Letras, 2002
- PICALLO, C. **Nominals and nominalization in Catalan**. *Probus*, 3, 3, 279-316, 1991.
- POLLOCK, Jean-Yves. **Verb Movement, Universal Grammar and The Structure of IP**. *Linguistics Inquiry*, 1989, pp. 365-424, vol. 20.
- ROBERTS, Ian. **Verbs and Diachronic Syntax**. Dordrecht, Kluwer, 1993.
- RAPOSO, Eduardo **Teoria da Gramática: A Faculdade da Linguagem**. Editorial Caminho, 1999.
- RITTER, E. **Where's gender?** *Linguistic Inquiry*, 24, 795-803, 1993.
- VANGSNES, O.A. **On Noun Phrase Architecture, Referentiality and Article Systems**. *Studia Linguistica* 55, 249-299.

[1] Surgimento da Semântica Gerativa e da Semântica Interpretativa (cf. Lobato, 1986)

[2] No Modelo Padrão e no Modelo Padrão Estendido, Infl corresponde ao constituinte Aux, o qual continha os verbos auxiliares modais (can, must, will, etc.) presentes no inglês (cf. Raposo, 1999)

[3] Pelo menos este é caso para o número gramatical expresso no domínio verbal. No domínio nominal (DP), o número gramatical receberá tratamentos distintos, conforme se verá.

[5] Em inglês, este alçamento do verbo para Infl não ocorre. Prova-o a ordem visível de palavras em sentenças contendo elementos de negação, alguns advérbios e quantificadores. A este respeito, ver Emonds (1978) e Galves (1994).

[6] Esta é a justificativa de Pollock para situar T mais acima que Agr na estrutura da sentença, além do fato de que o movimento para T depende de movimento anterior para Agr, dada a Restrição de Movimento de Núcleo (Travis, 1984), mas esta posição suscitou uma série de objeções. Para uma visão geral destas críticas, ver Galves (1994).

[7] DP (determiner phrase). Abney (1987) sugere que a categoria funcional D também projeta níveis X'' através da combinação da projeção X' com um especificador. Segundo esta hipótese, os NPs seriam de fato DPs, projeções da categoria D e não da categoria N. O papel de NP seria o de complemento de D

[8] Uriagereka (apud Name, 2002) define, para maior clareza descritiva, três termos distintos: traço, valor e dimensão. Um traço é uma dimensão valorada, como, por exemplo, N+, V+, etc.; dimensão é o tipo de traço (N, V...) e valor é aquilo que o traço assumir, ou seja, positivo (+) ou negativo (-). Assim, a sonda busca uma dimensão e não um traço, já que ela não se interessa pelo valor do alvo.